

# Arraes prega entendimento entre grupos antagonicos na Constituinte

25 JUL 1987

08919

ANC P2

RECIFE — A ação isolada de grupos dentro do PMDB foi condenada ontem pelo Governador Miguel Arraes, ao se referir à criação do Movimento Unidade Progressista (MUP), que congrega os setores mais à esquerda do Partido. Para ele, a elaboração de uma Constituição que "ataque de frente os principais problemas enfrentados pela população só será possível através de acordos que reúnam diversos setores, mesmo os mais antagonicos".

Na opinião do Governador, o MUP, sozinho, não dispõe de meios para dotar a nova Carta de mecanismos que possibilitem maiores avanços sociais. Citando a questão do solo urbano — a que havia aludido momentos antes, quando da assinatura de convênios com o Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz — ele frisou que para "acabar com latifúndios urbanos é necessário negociação e entendimento".

— O MUP, temos de reconhecer, não dispõe, na Constituinte, dos votos necessários para aprovar um dispositivo como este. É preciso que haja um acordo com outras áreas do



Arraes faz crítica a grupos isolados

Parlamento para que a nova Constituição dê ao povo mais do que as outras deram — acentuou Arraes, para quem "não se pode ficar amarrado a princípios já ultrapassados, o que seria um risco muito grande".

Outro tema que coloca o Governador de Pernambuco em confronto com os "progressistas" continua sen-

do a participação do PMDB na campanha pelas diretas-já. Arraes voltou a dizer que, no momento, o mais importante é o Partido retomar entendimentos no sentido de melhor direcionar o ataque aos problemas econômicos. Não é possível, segundo ele, entrar em uma campanha por eleições em 1988 sem que sejam traçados objetivos claros, até para a fase posterior à própria campanha.

— Não podemos ficar — disse Miguel Arraes — como da vez passada, quando acabou a esperança por diretas e não sabíamos o que fazer. Pelas diretas todos nós somos; elas estão colocadas na atual Constituição e caberá à Assembléia Nacional Constituinte decidir sobre o tamanho do mandato do Presidente da República. A Constituinte é livre para decidir o que quiser e ao povo cabe o direito de se posicionar sobre mandato de dez anos ou de um mês. Apenas eu não entrarei numa campanha, seja por que tempo de mandato for, sem que haja um acordo, um entendimento para completarmos a transição. O fundamental agora é completarmos a Constituição e consolidarmos o processo democrático.